

Uma guerra mal disfarçada

Na área política, o que não se esperava aconteceu. Mal iniciado o governo, estabeleceu-se uma relação tensa entre Executivo e Legislativo, a ponto de, num desabafo, o candidato a líder do PFL, deputado Humberto Souto (MG), exclamar: "Mas eles estão abrindo guerra contra nós!"

Não foram poucas as vezes em que integrantes do primeiro escalão do governo anunciavam que usariam apenas critérios técnicos no preenchimento de cargos, criticando o Congresso, como se todos os parlamentares fossem fisiológicos.

O ministro do Planejamento, José Serra, chegou a ser acusado pelo deputado Florestan Fernandes (PT-SP) de estar chantageando o Congresso ao atrasar o pagamento dos salários dos parlamentares.

"É de se estranhar que o ministro hoje ameace seus antigos colegas dizendo ou aprovam o Orçamento ou não recebem tal ou qual quantia de dinheiro", disse Fernandes, sob o silêncio respeitoso do plenário da Câmara.

Qualquer governo, quando começa, busca transformar suas metas de campanha em leis e atos do Executivo. Aqui, durante um mês, tudo o que se discutiu foram assuntos negativos e externos às suas metas: aumento de salários de deputados, ministros e do próprio presidente, anistia para Humberto Lucena e o veto ao reajuste do salário mínimo.

O único item do programa tucano que entrou realmente em discussão foi a reforma do Estado, mas ainda assim pelo seu ângulo mais impopular: o fim da estabilidade dos servidores e o aumento dos salários só para uma elite de funcionários.

Ainda nem terminado o primeiro mês, o governo se vê sem lideranças no Congresso.

Fernando Henrique dá "puxões de orelhas" nos aliados. Critica a infidelidade. Fica irritado porque parlamentares peemedebistas queriam um

candidato próprio para presidente da Câmara.

E se isola olímpicamente no Palácio do Planalto.

Podê, aí, haver uma estratégia de aguardar a posse do novo Congresso para, só então, negociar e indicar lideranças.

"As coisas só vão melhorar com a próxima legislatura", aposta o vice-presidente Marco Maciel.

Mas o novo Congresso não é tão novo assim. Os parlamentares que influem no rumo das ações legislativas continuam lá, acrescidos de nomes politicamente importantes (ou perigosos para o governo) como Antônio Carlos Magalhães, Iris Rezende, Francelino Pereira e Roberto Requião.

Contra esses pesos pesados, o governo parece só ter a oferecer a arrogância intelectual tucana, que se considera tão brilhante, tão melhor do que os demais, que no fundo deve achar que não precisa apresentar resultados para brilhar: basta sua mera existência para todo mundo adorá-los.

Um exemplo foi a atitude do ministro do Planejamento, José Serra, ao anunciar cortes no Orçamento exatamente no dia em que seria votado o aumento do salário mínimo para R\$ 100,00. A atitude de Serra espantou um dos mais fiéis aliados do governo, o deputado e provável novo presidente da Câmara, Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA).

"Foi uma inabilidade inadmissível anunciar cortes no Orçamento num dia de votação", espantou-se Magalhães.

A soma de inabilidades, arrogância tucana e desencontros trouxe um resultado desagradável. O governo está gastando depressa demais o capital político do Plano Real e que obteve na campanha eleitoral.

(Colaboraram Vanda Célia e Armando Mendes)